



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 13/07/2018

## LEI Nº 1.012/2017 DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

### **Dispõe sobre o pagamento de débitos e obrigações do Município, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º, da Carta Magna, decorrentes de decisões judiciais consideradas de pequeno valor - RPV.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º** O pagamento de débitos e obrigações do Município de Presidente Castelo Branco, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, considerados de pequeno valor, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, será feito diretamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo requisitante.

~~§ 1º Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos e obrigações de valores equivalentes até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).~~

§ 1º Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos e obrigações de valores correspondentes até o valor do maior benefício do regime geral de previdência social, conforme preconiza a norma do Art. 100, §4º da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 1059/2018)

§ 2º Os pagamentos de valores superiores ao limite previsto no § 1º deste artigo continuarão a ser requisitados por intermédio de precatórios, nos termos do artigo 100, da Constituição Federal.

**Art. 2º** Os pagamentos das RPV de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras do Município, e serão atendidos conforme ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal da Fazenda.

**Art. 3º** Se o valor do débito ou da obrigação ultrapassar o limite da RPV previsto no Art. 1º, § 1º desta lei, o credor poderá renunciar ao crédito excedente, para beneficiar-se do pagamento sem expedição de precatório judiciário.

Parágrafo único. É vedado o fracionamento do valor total da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição do precatório.

**Art. 4º** O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de sessenta dias, contado da apresentação de requerimento à Secretaria Municipal da Fazenda, instruído com o ofício requisitório, expedida pelo Juízo requisitante e cópia da sentença com certidão de trânsito em julgado.

**Art. 5º** Para os pagamentos de que trata esta Lei, serão utilizadas dotações orçamentárias sob a classificação de manutenção e despesas para fazer frente custas/sentenças judiciais, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 7º** Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco-PR, em 19 de Setembro de 2017.

GISELE POTILA FACCIN GUI  
Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA Senhor Presidente e Nobres Vereadores:

Temos a honra de submeter à apreciação e votação dos Ilustres Vereadores dessa Colenda Casa Legislativa, a presente matéria que versa sobre pagamento pelo município, de débitos e obrigações oriundos de decisões judiciais, consideradas de pequeno valor até o limite de R\$ 5.000,00.

O Regime de Pagamentos de obrigações que reconheçam a obrigação de pagar quantia em virtude de sentença transida em julgado foi estabelecido, no art 100 do CF/BR, pelo regime de precatórios. No entanto, o mesmo dispositivo, através do §3º criou exceção, qual sejam as Requisições de Pequeno Valor, que são quantias a serem definidas por lei própria dos municípios, segundo suas capacidades econômicas (art 100, §4º), nas quais o pagamento será feito diretamente pelo ente público sem a inscrição no regime de Precatórios.

Apresenta-se, portanto, em caráter de urgência, frente à necessidade de viabilizar-se a alteração para aplicação imediata aos processos em trâmite.

Diante do exposto, espera este Executivo sua aprovação por unanimidade.

Edifício da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco-PR, em 28 de Junho de 2017.

GISELE POTILA FACCIN GUI  
Prefeita Municipal

Ofício nº 114/2017 - GP  
Presidente Castelo Branco, 28 de Junho de 2017.

À Sua Excelência o Senhor Airton de Souza  
Presidente da Câmara Municipal  
Presidente Castelo Branco/PR

Assunto: Encaminha Projeto de Lei - Dispõe sobre o pagamento de débitos e obrigações do Município, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º, da Carta Magna, decorrentes de decisões judiciais consideradas de pequeno valor - RPV.

Senhor Presidente, Temos a honra de submeter à apreciação e votação dos Ilustres Vereadores dessa Colenda Casa Legislativa, a presente matéria que versa sobre pagamento pelo município, de débitos e obrigações oriundos de decisões judiciais, consideradas de pequeno valor até o limite de R\$ 5.000,00.

Atenciosamente, GISELE POTILA FACCIN GUI  
Prefeita Municipal

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 17/01/2020*